



# Tribunal de Contas Estado de Mato Grosso do Sul



# O TCE -MS

Criado em 28 de março de 1980, o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul é responsável por fiscalizar as contas do Estado e Municípios nas áreas contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais. Os órgãos da administração direta e indireta também prestam contas ao TCE/MS.

Quem analisa e julga as contas dos jurisdicionados é o corpo deliberativo do TCE, composto por sete conselheiros que se reúnem no Tribunal Pleno em sessão aberta ao público. Cabe ao Tribunal Pleno emitir parecer prévio sobre as contas anuais do governador e prefeitos, determinar a realização de inspeções e auditorias, julgar recursos e determinar a apuração de denúncias.

Às Câmaras, formadas por três conselheiros cada, compete principalmente pronunciar sobre os relatórios de inspeção e auditoria, impugnar as despesas ilegais e irregulares, determinar a devolução dos recursos aos cofres públicos e julgar os processos relativos a contratos administrativos.



É de competência do TCE/MS também analisar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública além das concessões de aposentadoria, reforma e pensões.

Mais de 900 órgãos e entidades estaduais e municipais prestam contas regularmente ao Tribunal de Contas. Os processos de prestação de contas são encaminhados para a elaboração de relatórios analíticos das Inspetorias de Controle Externo e emissão de pareceres da Auditoria e do Ministério Público de Contas.

Os relatórios-voto dos conselheiros são elaborados com base nestes relatórios e pareceres para então serem apresentados nas sessões para apreciação e julgamento de todos os membros.

O jurisdicionado que tiver as contas julgadas irregulares pode sofrer impugnação e/ou multa, e terá que pagar a dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos. No caso de dano ao erário, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, o Tribunal encaminha a documentação ao Ministério Público do Estado, para ajuizamento das ações cíveis

# PALAVRA DO PRESIDENTE



Para cumprir com a missão constitucional conferida a uma Corte de Contas, estamos investindo fortemente na capacitação de nossos servidores, na modernização e automação de nossos procedimentos, assim como no planejamento estratégico.

Temos hoje um Tribunal onde o Cadastro do Jurisdicionado, o envio de dados e documentos obrigatórios da LRF, a cobrança de débitos e o Registro dos Atos de Pessoal são todos feitos eletronicamente.

Da mesma forma, dispomos de uma ferramenta que recepciona e armazena eletronicamente informações contábeis e dados da execução orçamentária dos municípios e Câmaras. Com a implantação do Portal e-TCE a entrada de documentos e demais interações com o jurisdicionado passarão a ser realizadas eletronicamente.

Completando os investimentos em modernização, implantamos uma Sala-Cofre para garantir que os dados e informações de nosso Data-Center disponham de segurança e alta disponibilidade.

Estamos dando ênfase ao Planejamento Estratégico com a adoção de ferramentas como o Balanced Scorecard, que sintetiza em um Mapa Estratégico os projetos adotados pelo Tribunal, descrevendo a Missão, Visão e Objetivos, de forma a alinhar ações, comportamento e o desempenho da Corte rumo ao efetivo alcance dos resultados.



No controle de nossas estratégias utilizamos o PDCA, método interativo de gestão para o controle e melhoria contínua de processos e produtos. Implantamos, ainda, o Business Intelligence, conjunto de ferramentas que selecionam e organizam as informações para um melhor entendimento de processos, facilitando a tomada de decisões ágeis e seguras.

Em alinhamento ao padrão ISO31000, adotamos um software que permite identificar, controlar e mitigar riscos em conformidade com normas e regulamentações para o controle externo e a governança em TI.

Construímos e inauguramos a sede da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), com área de mil metros quadrados, permitindo a consolidação efetiva do indispensável trabalho de educação corporativa e o reforço de nosso papel didático-pedagógico junto aos gestores públicos.

Temos a certeza que desta forma estamos contribuindo para a construção de um Tribunal de Contas moderno, eficiente e sintonizado com o nosso tempo.



Conselheiro Cícero de Souza  
PRESIDENTE DO TCE/MS

# Galeria



## Criação

O TCE/MS foi instituído através do artigo 50 da Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1979 e regulamentada pela Lei Complementar nº 01, de 18 de outubro de 1979. Em 28 de março de 1980, tomam posse os conselheiros fundadores: Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Horácio Cerzózimo de Souza, Nelson Benedito Netto, Edyl Pereira Ferraz, Carlos Ronald Albaneze, Hélio Peluffo e Alcídio Pimentel.



## Primeira Sessão

A primeira sessão aconteceu em 28 de março de 1980, sendo eleito presidente o conselheiro Edyl Pereira Ferraz e vice-presidente, o conselheiro Horácio Cerzózimo de Souza.



## Primeiro Parecer

O conselheiro Ronald Albaneze foi o relator do primeiro parecer prévio relativo as contas do Governo do Estado, elaborado com base na minuta sugerida pelo auditor Wilson Coutinho.



## Primeira Sede

TCE/MS teve como sua primeira sede o prédio localizado na Rua Ricardo Franco, nº 515, Bairro Parque dos Ypê's, em Campo Grande.



## Criação da Ouvidoria

Instituída em 10 de abril de 2003 a ouvidoria criou mecanismos para facilitar a participação popular nas atividades, objetivando aprimorar a prestação dos serviços do Tribunal de Contas.



## Encontros Regionais

No período de 2003 a 2004 foram promovidos oito encontros regionais, reunindo mais de três mil participantes. Os encontros ofereciam 15 oficinas técnicas apresentadas por funcionários do próprio tribunal e obtiveram participação de representantes de 100% dos municípios sul-mato-grossenses.

## Nova Marca

Depois de 23 anos sem dispor de uma marca própria, em março de 2004 o TCE/MS institui um concurso em âmbito nacional e adota logotipo exclusivo.



## Nova Sede

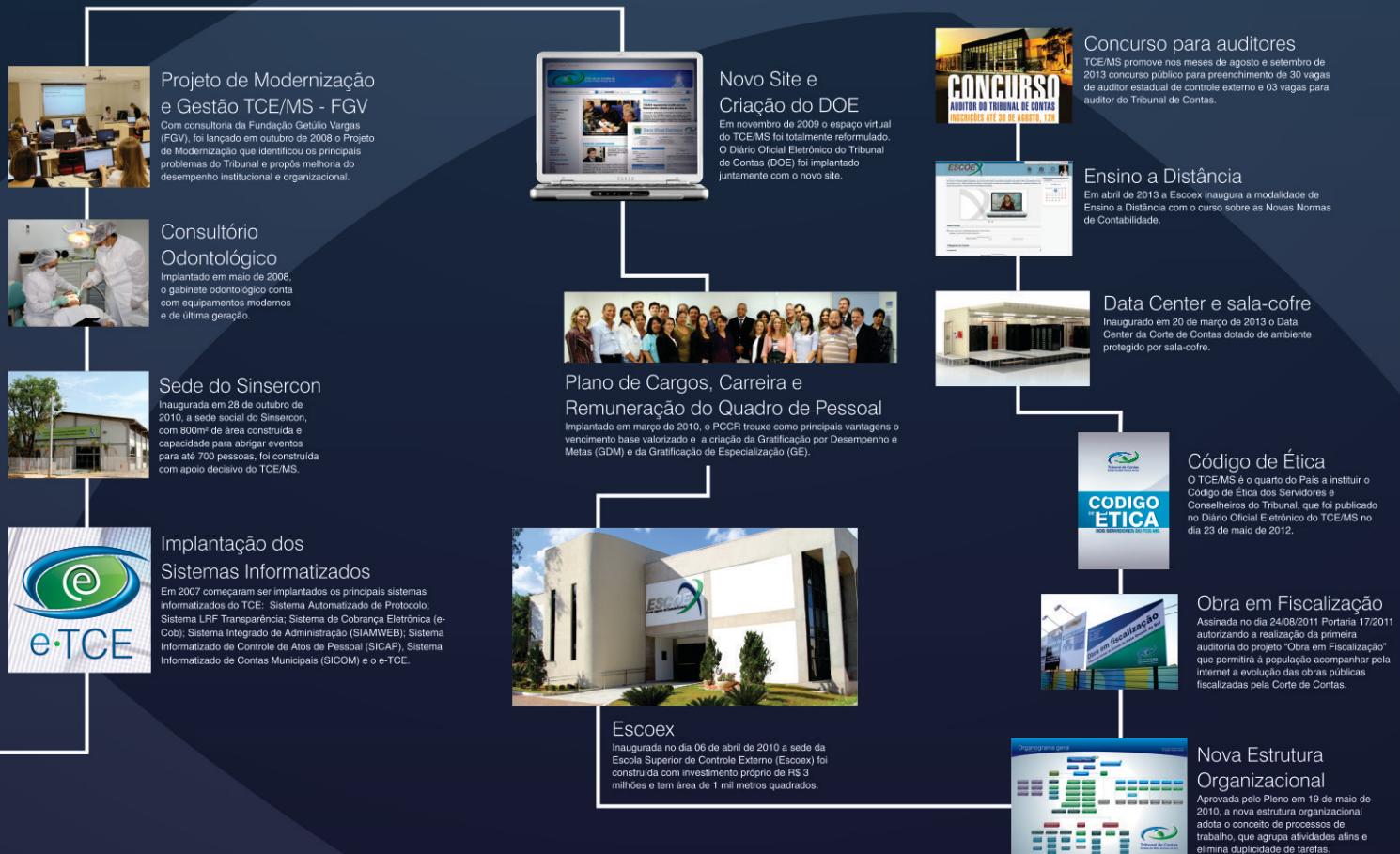
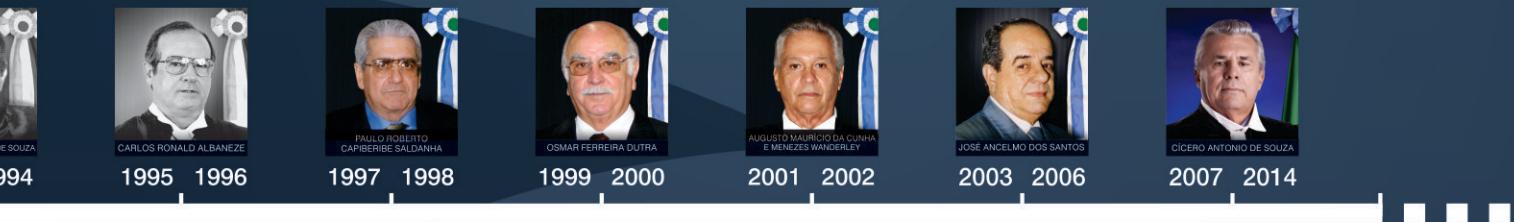
Em 15 de outubro de 2004, o TCE/MS inaugura sede própria no Parque dos Poderes, com 8.5 mil metros de área construída.



## Promoex

Em 03 de abril de 2004 foi assinado o convênio do Programa de Modernização do Controle Externo (PROMOEX) para a implantação de novos sistemas de informática e capacitação de pessoal.

# Histórica



## Conselho Deliberativo

PRESIDENTE	Cícero Antonio de Souza
VICE-PRESIDENTE	José Ancelmo dos Santos
CORREGEDOR-GERAL	Ronaldo Chadid
OUVIDOR	Waldir Neves Barbosa
DIRETORA GERAL DA ESCOEX	Marisa J. Monteiro Serrano
CONSELHEIRO	José Ricardo Pereira Cabral
CONSELHEIRO	Iran Coelho das Neves



[www.tce.ms.gov.br](http://www.tce.ms.gov.br)